

O Caminho de Santiago

Entre negaças, delongas e boicotes, o Congresso está levando a equipe econômica à exaustão e o governo a um beco sem saída. O acordo que garantiu ontem a aprovação do requerimento de inversão de pauta, colocando o Fundo Social de Emergência como terceiro ponto da votação, não passou de uma vitória de Pirro. Com o adiamento da votação para a terça-feira da semana que antecede o carnaval, o governo permanece de mãos abanando e sem maiores garantias quanto à aprovação.

Em matéria de tramóias e astúcias, o Congresso se excedeu na noite da quarta-feira, quando o governo levou todo tipo de rasteiras e foi submetido às mais vexatórias formas de chantagem. Até a lista dos presentes desapareceu, lançando uma inquietante sombra sobre a motivação das resistências parlamentares: se o receio de um eventual fortalecimento político do ministro da Economia ou a mera proteção dos grandes financiadores de campanhas.

Tudo isso faz com que o Plano de Estabilização original de Fernando Henrique Cardoso se pareça cada vez mais com o peixe de Santiago, o velho pescador de Hemingway, que na viagem de volta à terra assiste desesperado, e em meio a um trágico delírio, a seu magnífico troféu ser reduzido pelos tubarões a uma triste carcaça. Da mesma maneira, foram enormes a mágoa e o desalento de Fernando Henrique, que avisou ter chegado ao limite de seus esforços e verberou duramente contra nossa cultura do acomodamento.

Em primeiro lugar, por ter sido obrigado a engolir a adulteração de um instrumento disciplinador dos estados e municípios em um simples fundo para atender às necessidades emergentes do governo. Em seguida, ao constatar a má vontade, a falta de articulação parlamentar, a ausência de liderança, ao triste trabalho de sapa de gazeteiros e obstrucionistas ao brandir argumentos de algibeira contra o plano e a revisão constitui-

cional, que não devem ser confundidos, mas que mantêm uma relação de interdependência.

O recheio do Fundo Social de Emergência com a arrecadação do PIS sobre o lucro operacional dos bancos, ajuda a confeitar o objetivo de zerar o déficit público, que é a premissa básica para derrubar a inflação e permitir a introdução da URV. Mas o gosto é bem diferente da receita original: a União ficar com 15% das transferências para os estados e municípios. O repasse do ônus para os bancos foi uma saída engenhosa para recuperar receitas extras, que a disparada da inflação deu aos bancos sem eles fazerem força. Mas o gosto é principalmente amargo para a sociedade, que entrou com mais sacrifícios do que era previsto.

Ao deixar os governadores e prefeitos à margem de qualquer compromisso de austeridade, que é a marca do Plano de Estabilização, o Congresso expôs o governo não apenas ao risco de ver escoar pelos ralos dos estados e municípios um excesso de gastos capaz de comprometer a zeragem do déficit, como desmontou o compromisso solene de Fernando Henrique Cardoso, de que 80% da conta do ajuste fiscal seria paga pelo setor público, ficando a sociedade com a cota minoritária de 20%.

O Congresso não se emenda e persiste no triste papel de avestruz à beira do abismo. Em vez de votar medidas que liquidam o déficit fiscal, preferiu, encorajado pela bancada ruralista, aprovar uma anistia de juros e correção monetária para empréstimos agrícolas.

Se não for vetada pelo Executivo, a medida não só ocasionará um considerável prejuízo para os bancos privados, estaduais e federais, como obrigará o Tesouro a socorrer o Banco do Brasil para evitar uma catástrofe. Em todo caso, ao perceber o ânimo perdulário do Congresso, as bolsas imediatamente despencaram.

Em face deste retrato de corpo inteiro do Congresso Nacional, comentava-se ontem em Brasília que a quarta-feira de cinzas foi antecipada para a semana que vem.